

## MERCADO DE TRABALHO

# Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da Covid-19

## 1 Introdução

A pandemia do novo coronavírus afetou diretamente o mercado de trabalho de duas formas principais. Primeiro, as restrições ao funcionamento normal de diversas atividades econômicas, em combinação com a diminuição do consumo de vários tipos de bens e serviços e o aumento da incerteza macroeconômica, levaram à forte queda da produção – e, portanto, da demanda por trabalho –, tanto para setores específicos como em nível agregado. Segundo, a adoção de medidas de distanciamento social e o temor das pessoas irem às ruas e contraírem o vírus determinaram significativa retração da oferta de trabalho, potencializada, a partir da implementação do auxílio emergencial (AE), para pessoas em situação de vulnerabilidade, pelo efeito renda positivo proporcionado pelo auxílio.<sup>1</sup>

Como resultado desses movimentos, os níveis de ocupação e participação na força de trabalho caíram fortemente a partir de março e abril. A taxa de desocupação aumentou de forma contida em um primeiro momento, dada a significativa retração da taxa de participação; contudo, a contínua redução do nível de ocupação até julho e a gradual recuperação do número de pessoas procurando emprego a partir daquele mês têm levado a taxa de desocupação a aumentar continuamente desde o início da pandemia. À medida que a evolução da pandemia permita a continuidade dos processos de flexibilização das restrições às atividades socioeconômicas e de recuperação do nível de atividade, e tendo em vista também a redução do valor do AE nos próximos meses, espera-se – conforme já discutido nesta *Carta de Conjuntura*<sup>2</sup> – que o nível de participação na força de trabalho aumente até o final do ano. O nível de ocupação também deverá aumentar, mas é razoável esperar que a taxa de desocupação continue a elevar-se no curto prazo e mantenha-se em patamar elevado por algum tempo.

Apesar de a direção da evolução esperada dos principais indicadores do mercado de trabalho nos próximos meses parecer razoavelmente previsível – condicionada, evidentemente, à ausência de novas restrições ao funcionamento das atividades econômicas em decorrência de um possível recrudescimento da pandemia no país

### Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

### Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

Diretor Adjunto da Dimac do Ipea

marco.cavalcanti@ipea.gov.br

### Maria Andreia Parente Lameiras

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

### Lauro Ramos

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

lauro.ramos@ipea.gov.br

Divulgado em 06 de novembro de 2020.

<sup>1</sup> Para uma análise do impacto significativo do AE na renda das famílias brasileiras, especialmente daquelas de menor renda, ver <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201102\\_nota\\_10\\_microdados\\_setembro.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201102_nota_10_microdados_setembro.pdf)>

<sup>2</sup> Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201016\\_nota\\_final.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201016_nota_final.pdf)>.

–, várias questões merecem investigações mais aprofundadas. Em particular, o *timing* e a magnitude dos movimentos esperados nas taxas de participação, ocupação e desocupação são incertos, dependendo, entre outros fatores, da dinâmica dos fluxos entre os vários possíveis estados dos indivíduos no mercado de trabalho (trabalhando, temporariamente afastados do trabalho, desocupados ou fora da força de trabalho). A análise dos padrões observados nesses fluxos até o momento pode, portanto, fornecer importantes insumos para a melhor compreensão do quadro atual e das perspectivas do mercado de trabalho no país. Além disso, os movimentos dos indicadores agregados do mercado de trabalho escondem elevada heterogeneidade entre diferentes tipos de trabalhadores e atividades – informação crucial para o desenho de medidas de política adequadas à atenuação dos efeitos adversos da crise.

Visando contribuir para a análise dessas questões, este texto analisa a evolução do mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia da Covid-19 a partir da análise dos fluxos de entrada e saída dos indivíduos em relação às suas várias possíveis situações no mercado: *i*) trabalhando; *ii*) afastados temporariamente do trabalho; *iii*) desocupados; ou *iv*) fora da força de trabalho. Esta análise, baseada nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da PNAD Covid-19, é inicialmente realizada para o conjunto dos trabalhadores e, em seguida, detalhada para diferentes tipos de trabalhadores.

## 2 Transições gerais no período da Covid-19

Inicialmente, analisam-se as transições entre os vários possíveis estados no mercado de trabalho (trabalhando, temporariamente afastados do trabalho, desocupados ou fora da força de trabalho) para o conjunto dos indivíduos em idade ativa. O gráfico A.1, no apêndice, apresenta essas transições para os dois primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, visando ressaltar as diferenças entre o padrão desses fluxos no período inicial da pandemia e nos anos imediatamente anteriores, com base nos dados da PNAD Contínua.

A primeira análise a ser destacada refere-se à comparação entre os fluxos observados no primeiro trimestre de 2020 e nos dois anos anteriores. Os impactos da pandemia na economia brasileira começaram a aparecer em março, de modo que é interessante verificar se a queda da atividade econômica a partir daquele mês já teria tido algum impacto relevante nos fluxos do mercado de trabalho no primeiro trimestre. Os dados apontam efetivamente nessa direção.

Para indivíduos que estavam trabalhando no trimestre imediatamente anterior, a probabilidade de permanecerem nessa condição no primeiro trimestre de 2020 foi menor que nos anos anteriores (83,3% contra 86,5% em 2018-2019), ao passo que os fluxos para as condições de afastamento temporário ou inatividade foram maiores (5,7% contra 3,3% na média de 2018-2019 no caso de afastamento, e 7,1% contra 6,3% na média de 2018-2019 no caso de inatividade). Por sua vez, os fluxos de todas as demais condições (afastamento, desocupação ou inatividade)

para a condição de estar trabalhando apresentaram queda no primeiro trimestre de 2020, relativamente ao mesmo trimestre de 2018-2019: para os afastados, o fluxo para a condição de estar trabalhando passou de 62,4% em 2018 e 66,7% em 2019 para 57% em 2020; para os desocupados, esse fluxo foi de 24,9% em 2020 contra 26,2% em 2018 e 2019; e para os inativos o fluxo para a condição de estar trabalhando passou de 7,8% em 2018 e 7,6% em 2019 para 6,8% em 2020.

Dado que o impacto da pandemia começou a atuar de forma mais significativa na economia apenas a partir da segunda metade de março, quando a maioria dos estados brasileiros adotou diversas medidas de distanciamento social visando conter a disseminação do SARS-CoV-2, e tendo em mente também o fato estilizado de que choques na atividade econômica costumam afetar o mercado de trabalho com alguma defasagem, faz sentido que as diferenças observadas nos fluxos do mercado de trabalho entre o primeiro trimestre de 2020 e os mesmos períodos de 2018 e 2019 tenham sido relativamente pequenas. É inegável, porém, que esses fluxos já começavam a mover-se nas direções esperadas.

No segundo trimestre, as diferenças dos fluxos do mercado de trabalho entre 2020 e os anos anteriores ficaram ainda mais evidentes, indicando forte impacto da pandemia. A probabilidade de um indivíduo que estava trabalhando no primeiro trimestre continuar nessa condição no segundo trimestre foi de apenas 73,8% em 2020, contra valores em torno de 89% em 2018 e 2019. Os fluxos da condição de estar trabalhando para as condições de afastamento temporário ou inatividade, por sua vez, foram muito superiores aos valores observados no biênio anterior: 13,1% transitaram para o afastamento (contra cerca de 1,5% em 2018-2019) e 9,3% para a inatividade (contra 6,3% em 2018 e 5,8% em 2019). Os fluxos na direção da desocupação também aumentaram em relação aos anos anteriores, mas de forma menos expressiva: 3,8% em 2020 contra 3,4% em 2018 e 2019. Este é um resultado interessante: em um primeiro momento, o maior impacto da pandemia foi no sentido de levar pessoas que estavam trabalhando a serem temporariamente afastadas do trabalho ou saírem da força de trabalho, com efeito reduzido sobre a taxa de desocupação.

A probabilidade de um indivíduo estar afastado ou inativo no segundo trimestre de 2020 aumentou de forma significativa, de fato, para todos os estados do mercado de trabalho. Cabe notar que a identificação separada dos estados de afastamento temporário e inatividade está sujeita a incerteza, pois é possível que alguns dos respondentes da pesquisa interpretem de maneira equivocada esses conceitos. Assim, parece mais seguro focar os fluxos agregados para uma condição mais ampla de inatividade, referente ao indivíduo estar afastado temporariamente do trabalho *ou* efetivamente fora da força de trabalho, em vez de focar os movimentos para cada uma dessas condições separadamente. O gráfico A.2, no apêndice, apresenta as transições levando em consideração um conceito mais amplo de inatividade (que engloba os inativos usuais e os afastados temporariamente sem rendimentos), e considerando como afastados apenas aqueles que receberam algum rendimento durante seu afastamento. O resultado principal da análise permanece: a pandemia

levou muitas pessoas em idade ativa a deixarem de trabalhar e não procurarem emprego no segundo trimestre – tornando-se, na prática, assim, “inativas”. Esse movimento deve estar associado, além do efeito desalento tradicional, comum em períodos recessivos, aos efeitos específicos da pandemia sobre a oferta de trabalho, por meio das medidas de distanciamento social, das restrições à mobilidade das pessoas e do significativo efeito renda proporcionado pelo AE, especialmente para as famílias de menor renda.

É interessante notar que os fluxos na direção desse conceito amplo de inatividade aumentaram, inclusive, para os indivíduos que se encontravam desocupados no primeiro trimestre. Isso faz sentido, pois, diante do desalento e da concessão do AE, muitos indivíduos que teriam permanecido desocupados no segundo trimestre acabaram transitando para fora da força de trabalho, conforme mostrado no gráfico.

Do ponto de vista da atividade econômica, o pior momento da crise ocorreu em abril, tendo se observado recuperação rápida dos principais indicadores econômicos a partir de maio. Seria razoável esperar que essa melhora atingisse gradualmente também o mercado de trabalho, levando à recuperação do nível de ocupação. Contudo, dado o forte aumento do contingente de pessoas afastadas ou inativas no segundo trimestre, a evolução das taxas de ocupação e desocupação nos próximos meses e trimestres passou a depender também, de forma crucial, do ritmo de regresso efetivo dessas pessoas ao mercado de trabalho. Os dados mensais da PNAD Covid-19 apresentam alguns indícios a esse respeito.

Conforme mostra a tabela 1, a partir de junho, observou-se aumento da taxa de permanência na condição de estar trabalhando, em linha com a melhora dos indicadores econômicos no período. Em contrapartida, os fluxos da condição de desemprego para a ocupação apresentaram queda no período, sugerindo que essa melhora não foi suficiente para aumentar a probabilidade de uma pessoa desocupada encontrar uma ocupação (tabela 2).

No que se refere aos trabalhadores afastados de seus trabalhos por causa da pandemia, a tabela 3 mostra que parcelas significativas desse contingente retornaram gradualmente ao trabalho entre junho e setembro: entre 25% e 30% do contingente de trabalhadores que se encontravam afastados em cada mês retornaram ao trabalho no mês seguinte. Cabe notar, porém, que percentual não desprezível desses trabalhadores transitou para o desemprego a cada mês (entre 2,1% e 2,4%). A pressão desse movimento sobre a taxa de desocupação só não foi maior porque uma proporção ainda mais expressiva de trabalhadores inicialmente afastados transitou para fora da força de trabalho no período, especialmente em julho e agosto. Esse movimento de transição para a inatividade foi, muito provavelmente, possibilitado pela concessão do AE, que viabilizou a manutenção da subsistência de grande parte dos domicílios brasileiros, mesmo na ausência de renda do trabalho. O mesmo fator deve explicar a elevada taxa de permanência na condição de inatividade no período (tabela 4).

Tomados conjuntamente, esses resultados indicam que ainda há significativo contingente de pessoas que deverão regressar à força de trabalho nos próximos meses – especialmente em um cenário de redução do valor do AE –, pressionando fortemente a taxa de desocupação.

TABELA 1

**Fluxos da condição de estar trabalhando para todas as condições no mercado de trabalho (jun.-set./2020)**

(Em %)

	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado outro motivo	Desemprego	Inatividade
junho	91,58	2,43	1,56	1,41	3,03
julho	92,61	1,85	1,87	1,14	2,54
agosto	94,55	0,98	1,3	1,09	2,08
setembro	95,56	0,59	1,16	1,06	1,63

Fonte: PNAD Covid-19.  
Elaboração dos autores.

TABELA 2

**Fluxos da condição de desemprego para todas as condições no mercado de trabalho (jun.-set./2020)**

(Em %)

	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado outro motivo	Desemprego	Inatividade
junho	12,11	1,62	0,2	72,21	13,86
julho	12,57	0,76	0,15	74,75	11,78
agosto	11,91	0,26	0,16	78,64	9,02
setembro	10,17	0,22	0,09	81,95	7,57

Fonte: PNAD Covid-19.  
Elaboração dos autores.

TABELA 3

**Fluxos da condição de estar afastado por causa da pandemia para todas as condições no mercado de trabalho (jun.-set./2020)**

(Em %)

	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado outro motivo	Desemprego	Inatividade
junho	25,23	61,66	1,4	2,06	9,65
julho	27,52	47,4	1,34	2,18	21,56
agosto	30,06	52,86	1,43	2,19	13,46
setembro	25,48	62,96	1,23	2,42	7,92

Fonte: PNAD Covid-19.  
Elaboração dos autores.

TABELA 4

**Fluxos da condição de inatividade para todas as condições no mercado de trabalho (jun.-set./2020)**

(Em %)

	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado outro motivo	Desemprego	Inatividade
junho	3,62	0,85	0,22	2,86	92,44
julho	3,38	0,35	0,11	2,3	93,86
agosto	3,67	0,27	0,13	2,24	93,7
setembro	2,84	0,2	0,09	2,16	94,71

Fonte: PNAD Covid-19.  
Elaboração dos autores.

### 3 Fluxos por posição na ocupação



Embora o impacto da pandemia sobre a perda da ocupação tenha ocorrido de modo disseminado, a destruição de postos de trabalho foi, de fato, muito mais forte entre os ocupados informais (público e privado) e os por conta própria. Assim como esperado, as medidas de isolamento social adotadas para controlar o contágio pelo coronavírus afetaram, sobretudo, as atividades do comércio e de serviços, que são segmentos em que a participação dos trabalhadores informais e por conta própria é relativamente maior que a observada nos demais setores da economia.

Os dados de transição por posição na ocupação (tabela 5) mostram que menos de 60% dos trabalhadores ocupados e trabalhando no setor privado informal no primeiro trimestre de 2020 permaneceram desempenhando suas funções normalmente no segundo trimestre, 14% foram afastados, 8,6% ficaram desempregados e 17,7% saíram da força de trabalho, indo para a inatividade. Nos casos dos trabalhadores do setor público informal e por conta própria, mantendo-se a base de comparação, observa-se que 68% e 67% permaneceram trabalhando, enquanto 2,2% e 4,0% foram para o desemprego e 8,3% e 14,3% para a inatividade, respectivamente. Em contrapartida, a perda de ocupação nos setores formal privado e público se deu de forma menos intensa. Entre todos os ocupados trabalhando com carteira no setor privado no primeiro trimestre do ano, 77,8% continuavam nesta posição no trimestre subsequente, ao passo que 13,9% estavam afastados, 3,1% desempregados e 5,1% migraram para a inatividade. Já no setor público, o impacto da pandemia foi ainda menos intenso, mesmo entre os trabalhadores sem estabilidade. No segundo trimestre do ano, 96,5% dos empregados celetistas do setor público estavam ocupados ou afastados, 1,1% havia transitado para o desemprego e 2,5% foram para fora da força de trabalho. Já entre os trabalhadores estáveis (militares e estatutários), 97,9% mantiveram-se ocupados (trabalhando ou afastados), 1,8% foram para a inatividade e apenas 0,3% estava no desemprego.

TABELA 5  
Fluxos da condição de estar trabalhando para todas as condições no mercado de trabalho entre o primeiro e o segundo trimestres, por posição na ocupação (2020)  
(Em %)

	Trabalhando	Afastado	Desemprego	Inatividade
Privado formal	77,82	13,92	3,12	5,14
Privado informal	59,78	13,94	8,61	17,68
Militar/Estatutário	76,56	21,37	0,29	1,78
Público CLT	79,02	17,45	1,07	2,46
Público informal	68,1	21,42	2,2	8,29
Empregador	81,99	13,61	0,74	3,66
Conta-própria	66,96	14,69	4,04	14,3

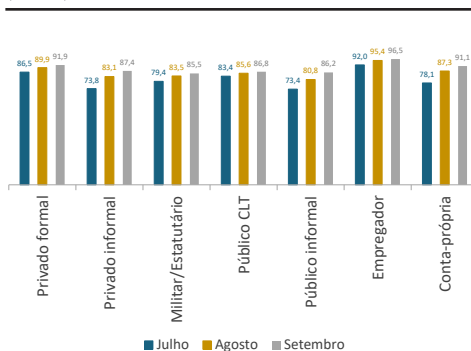
Fonte: PNAD Contínua.  
Elaboração dos autores.

Em que pese a manutenção de um cenário mais adverso para os trabalhadores informais, nos meses subsequentes, observou-se uma ligeira melhora nas condições do mercado de trabalho, tendo em vista que os fluxos de transição começaram a se aproximar do padrão existente antes da pandemia.

De fato, o gráfico 1 mostra que de julho a setembro houve um aumento da manutenção da condição de estar trabalhando entre todos os segmentos pesquisados, com destaque para o segmento dos conta própria, cuja retenção de ocupados trabalhando avançou de 78,1% em julho para 91,1% em setembro. Ainda que, dadas as diferenças metodológicas entre as pesquisas, os resultados da PNAD Covid-19 não sejam diretamente comparáveis aos da PNAD Contínua, cabe notar que a taxa de retenção da ocupação registrada em setembro parece indicar algum retorno à normalidade, situando-se em patamar próximo ao observado na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2019 (87%).

No que diz respeito ao segmento informal, os dados mostram que, entre agosto e setembro, a permanência na condição de estar trabalhando nos setores público e privado foi de 86,2% e 87,4%, respectivamente. Novamente, ressalvadas as diferenças metodológicas entre a PNAD Covid-19 e a PNAD Contínua, a comparação dessas taxas com aquelas registradas na transição entre o segundo e o terceiro trimestres do ano passado (83%) indica certo retorno à normalidade.

GRÁFICO 1  
Fluxos de manutenção da condição de estar trabalhando (Em %)

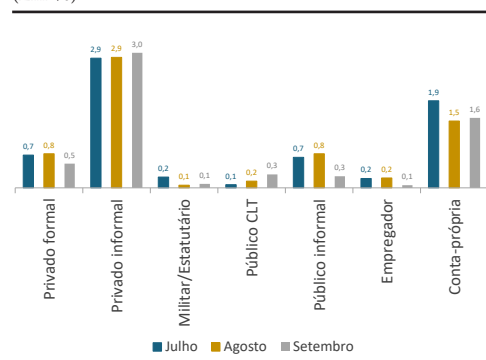


Fonte: PNAD Covid-19.  
Elaboração dos autores.

Em contrapartida, vem recuando a parcela dos que estavam trabalhando e transitaram para o desemprego e para a inatividade no período imediatamente posterior (gráfico 2). Em setembro, embora 3,0% dos trabalhadores ocupados no setor privado formal, em agosto, tenham se tornado desocupados, esse percentual é bem próximo ao apontado na passagem entre o segundo e o terceiro trimestres do ano anterior (2,0%) – lembrando, mais uma vez, a ressalva de que a comparação entre os resultados da PNAD Contínua e da PNAD Covid-19 deve ser vista apenas como um indicativo de retorno à normalidade. Já no segmento dos conta própria, a parcela de transição de 1,6% da ocupação para o desemprego entre agosto e setembro está abaixo da registrada entre o segundo e o terceiro trimestres de 2019 (3,9%). De modo semelhante, o percentual de trabalhadores informais e ocupados por conta própria que transitaram para a inatividade não só veio recuando significativamente ao longo dos meses como em setembro já se situavam em níveis abaixo dos apresentados nos períodos pré-pandemia. Segundo o gráfico 3, em setembro, 4,2% dos trabalhadores privados informais e 3,3% dos conta própria que estavam ocupados em julho foram para fora da força de trabalho, o que significa uma retração entre o apontado na passagem entre o segundo e terceiro trimestres de 2019 – 10,7% e 9,4%, respectivamente. Deve-se ressaltar, entretanto, que esses resultados recentes mais favoráveis devem ser relativizados. Por certo, observa-se que, no início da pandemia, entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020, houve uma transição muito forte da ocupação tanto para o desemprego quanto para a inatividade. Logo, o contingente de trabalhadores que se manteve ocupado passou

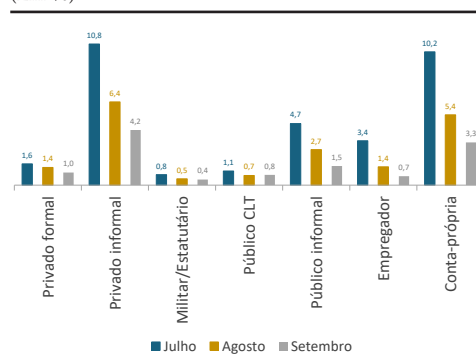
a ser quantitativamente muito menor que o observado nos períodos pré-pandemia, enquanto o montante de trabalhadores que migraram para a desocupação e para fora da força de trabalho era, em termos absolutos, muito mais numeroso. Sendo assim, os dados mais recentes sinalizam que se, em termos de fluxos, a situação do mercado de trabalho tem melhorado, em relação ao estoque de trabalhadores desocupados e inativos, o quadro ainda se mantém fortemente deteriorado. Segundo a PNAD Contínua, no trimestre móvel maio-junho-julho de 2020, o país tinha 13,13 milhões de desempregados ante os 12,57 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. No caso dos inativos, esse quadro é ainda mais preocupante: enquanto em 2019 havia 64,82 milhões de pessoas aptas a trabalhar em inatividade, em 2020 esse montante aumentou para 78,96 milhões. A forte queda da taxa de participação no mercado de trabalho explica o fato de a taxa de desemprego ter apresentado um avanço relativamente pequeno no período (11,8% para 13,8%), diante das condições econômicas extremamente adversas.

**GRÁFICO 2**  
Fluxos da condição de estar trabalhando para a desocupação (Em %)



Fonte: PNAD Covid-19. Elaboração dos autores.

**GRÁFICO 3**  
Fluxos da condição de estar trabalhando para a inatividade (Em %)



Fonte: PNAD Covid-19. Elaboração dos autores.

## 4 Fluxos por setores

Embora a pandemia tenha impactado negativamente o mercado de trabalho de uma maneira geral, as medidas de isolamento social, visando à redução do contágio, acabaram impactando mais fortemente o setor de serviços, tendo em vista que este é, entre todos os setores de atividade, o mais dependente da circulação de pessoas. Nota-se, conforme o gráfico A.3 no apêndice, que, relativamente aos demais setores, os serviços são os que apresentam, no segundo trimestre de 2020, as piores dinâmicas tanto em relação à manutenção na ocupação quanto em relação à transição ao desemprego. Ainda que, em termos absolutos, a menor proporção de permanência na condição de ocupado trabalhando entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020 tenha se verificado na construção civil (68,1%), na comparação com a média de 2012 a 2019, o pior desempenho fica por conta dos serviços. No segundo trimestre de 2020, apenas 71% dos ocupados que estavam trabalhando no setor de serviços já estavam trabalhando neste segmento no trimestre imediatamente anterior, o que significa uma redução de quase 19 pontos percentuais (p.p.) em



relação à média de retenção na ocupação apontada pela PNAD Contínua, desde o início da sua divulgação, em 2012.



De modo semelhante, em comparação com a média histórica, o setor de serviços também é o que registra o maior movimento de trabalhadores que transitaram da condição de estar trabalhando para o desemprego entre os dois primeiros trimestres do ano. Se entre 2012 e 2019, na média, 2,5% dos trabalhadores ocupados no setor de serviços migravam para a desocupação no trimestre seguinte, no segundo trimestre de 2020, esse percentual saltou para 3,4%. Ressalta-se, entretanto, que, em termos absolutos, essa proporção se manteve abaixo das observadas nos demais segmentos.

Em relação às transições da ocupação para o afastamento e para a inatividade, os dados mostram que as maiores deteriorações ocorreram no comércio e na construção, respectivamente. Na análise dos fluxos de ocupação para afastamento, no comércio, observa-se que, após apresentar uma média de 1,5% de trabalhadores afastados de suas ocupações de um trimestre para outro, essa proporção acelera para 4,8% no primeiro trimestre de 2020 e para 13,4% no segundo. No caso do setor de serviços, os percentuais apontados nos dois primeiros trimestres do ano são de 7,3% e 16,9%, bem acima também da média histórica registrada (2,4%).

Por fim, os fluxos em direção à inatividade indicam que a construção civil é o setor que apresentou o pior dinamismo nesse tipo de transição. Por certo, do total de ocupados neste segmento no primeiro trimestre de 2020, 12,3% foram para a inatividade no trimestre subsequente, o que significa quase o dobro da média desse tipo de transição apurada nos períodos pré-pandemia (6,6%).

Deve-se ressaltar também que o impacto da pandemia se deu de modo distinto entre os diversos segmentos que compõem o setor de serviços. Após a análise dos dados de transição desagregados, observa-se que, como esperado, os efeitos das medidas de isolamento afetaram mais intensamente os serviços pessoais e os serviços de alojamento e alimentação. Segundo os gráficos de calor (gráfico 4), construídos a partir dos microdados da PNAD Contínua, nota-se que, independentemente da transição analisada, os piores desempenhos (células mais vermelhas) concentram-se nesses dois segmentos. Destaca-se, ainda, que, na transição de estar trabalhando para o afastamento, o subsetor de saúde e educação apresenta uma alta considerável em seus fluxos, refletindo o afastamento por conta do alto contágio dos trabalhadores, no caso da saúde, e o cancelamento das aulas presenciais, no segundo caso.

GRÁFICO 4

Transições da condição de estar trabalhando para todas as condições no mercado de trabalho, por segmentos do setor de serviços  
(Em %)



Trabalhando											
	2018.I	2018.II	2018.III	2018.IV	2019.I	2019.II	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	Média 2012-2019
SIUP	89,5	88,1	91,0	90,1	89,6	91,5	87,9	88,9	86,3	79,0	90,4
Serviços financeiros etc.	89,4	90,8	90,9	91,2	89,2	91,3	91,3	90,9	87,3	79,5	91,0
Transporte	88,9	90,5	91,0	90,9	89,4	90,8	90,0	91,1	85,5	71,7	90,9
Serviços Pessoais	86,9	88,6	89,0	88,5	85,8	89,5	88,6	89,0	81,2	57,6	87,8
Saúde e Educação	84,5	93,0	91,2	90,3	84,4	92,7	90,3	90,9	80,5	69,2	90,1
Alojamento e Alimentação	83,4	85,2	86,4	86,6	85,3	85,6	84,9	87,1	80,4	56,6	85,9
Afastamento											
	2018.I	2018.II	2018.III	2018.IV	2019.I	2019.II	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	Média 2012-2019
SIUP	2,7	2,9	2,2	2,9	3,1	2,1	3,5	3,5	6,5	11,7	2,3
Serviços financeiros etc.	3,7	2,1	2,6	2,4	3,5	1,9	2,2	2,6	5,4	10,7	2,0
Transporte	3,6	2,0	2,7	2,8	3,3	2,1	2,8	2,4	5,6	14,6	2,2
Serviços Pessoais	2,6	1,4	1,3	1,8	2,8	1,3	1,6	1,5	6,8	23,4	1,6
Saúde e Educação	8,5	2,5	4,5	5,1	8,6	2,7	5,1	4,2	12,9	24,1	4,3
Alojamento e Alimentação	2,2	1,5	1,3	1,4	2,3	1,6	2,0	1,6	5,5	20,2	1,5
Desemprego											
	2018.I	2018.II	2018.III	2018.IV	2019.I	2019.II	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	Média 2012-2019
SIUP	2,3	2,0	2,0	2,4	3,2	2,8	4,0	3,6	3,0	2,9	2,2
Serviços financeiros etc.	3,4	3,4	3,0	2,8	3,5	3,2	2,8	3,1	3,2	3,4	2,8
Transporte	3,6	4,0	3,0	3,0	3,6	3,4	3,2	2,4	3,8	4,1	2,8
Serviços Pessoais	3,4	3,5	3,4	3,8	4,0	3,1	3,5	3,3	4,1	4,9	3,0
Saúde e Educação	2,8	1,4	1,4	1,6	2,9	1,6	1,7	1,7	2,5	1,7	1,7
Alojamento e Alimentação	5,7	4,3	4,4	4,4	5,0	4,5	4,8	4,1	5,0	6,0	3,8
Inatividade											
	2018.I	2018.II	2018.III	2018.IV	2019.I	2019.II	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	Média 2012-2019
SIUP	5,5	7,0	4,9	4,7	4,1	3,7	4,6	4,0	4,3	6,5	5,1
Serviços financeiros etc.	3,5	3,7	3,5	3,7	3,8	3,6	3,7	3,5	4,1	6,3	4,2
Transporte	3,9	3,6	3,3	3,4	3,7	3,7	4,0	4,1	5,1	9,6	4,1
Serviços Pessoais	7,1	6,5	6,3	5,9	7,5	6,1	6,3	6,2	7,9	14,2	7,6
Saúde e Educação	4,2	3,1	3,0	3,0	4,1	3,1	2,9	3,3	4,2	5,0	3,9
Alojamento e Alimentação	8,7	9,0	8,0	7,6	7,4	8,3	8,4	7,2	9,1	17,3	8,8

Fonte: PNAD Contínua.  
Elaboração dos autores.

## 5 Dinâmica dos afastados do trabalho por causa da pandemia

Segundo os dados da PNAD Covid-19, desde julho, vem crescendo a parcela dos trabalhadores afastados que estão retornando para as suas ocupações, em todos os segmentos pesquisados. Em termos agregados, se em maio de 2020 18,7% dos trabalhadores ocupados na economia brasileira estavam afastados por conta da pandemia, em setembro esse percentual havia recuado para 3,7% (tabela 6). Na desagregação por posição na ocupação, nota-se, no entanto, que as quedas mais significativas ocorreram entre os trabalhadores privados informais e por conta própria. No primeiro caso, a parcela de afastados passou de 26% em maio para 3,2% em setembro e, no segundo caso, de 22,5% para 1,9%. A redução mais significativa do percentual de afastados nesses dois segmentos reflete a natureza desses tipos de ocupação, tendo em vista que, como há pouco ou nenhum tipo de mecanismo que garanta a manutenção da renda durante o período de afastamento, esses trabalhadores optam por voltar ao mercado mais rapidamente. No caso dos trabalhado-

res formais, a queda observada na proporção de ocupados, porém afastados, pode ser decorrente de dois movimentos distintos: o retorno às atividades laborais usuais ou a dispensa definitiva de parte desses trabalhadores.

TABELA 6  
**Proporção de ocupados afastados devido à pandemia, por posição na ocupação (maio-set./2020)**  
(Em %)

	Setembro	Agosto	Julho	Junho	Maió
Brasil	3,67	5,11	8,4	14,86	18,71
Privado formal	3,29	4,44	6,78	10,15	13,52
Privado informal	3,20	5,06	10,18	19,9	25,96
Militar/Estatutário	9,07	11,02	13,95	16	19,61
Público CLT	8,15	10,13	11,05	13,6	16,85
Público informal	9,60	12,42	17,4	24,37	29,8
Empregador	1,90	2,07	3,8	7,62	11,17
Conta-própria	1,88	3,29	7,54	16,68	22,47
<b>Total de afastados</b>	<b>2994722</b>	<b>4132896</b>	<b>6754619</b>	<b>11754065</b>	<b>15667978</b>

Fonte: PNAD Covid/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De fato, de acordo com a tabela 7, nota-se que a proporção de trabalhadores que, mesmo afastados, ainda recebiam alguma renda do trabalho cresceu ao longo do tempo, indicando que, como esperado, permaneceram afastados apenas aqueles que conseguiram manter os seus rendimentos, ainda que parcialmente. Obviamente, observa-se que os maiores percentuais de trabalhadores que conseguiram manter alguma renda oriunda do trabalho durante o afastamento são aqueles que possuem vínculos empregatícios (servidores públicos e trabalhadores privados formais). Se no caso dos servidores públicos estatutários e militares houve praticamente a manutenção total dos rendimentos, no caso do setor privado, a implementação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda possibilitou que uma parte das empresas optasse por afastar temporariamente seus funcionários em vez de demiti-los, mesmo em situações em que houve a interrupção parcial ou total das atividades laborais.

TABELA 7  
**Recebeu renda do trabalho em caso de afastamento por causa da pandemia (maio-set./2020)**  
(Em %)

	Setembro	Agosto	Julho	Junho	Maió
Brasil	88,7	83,56	73,5	58,44	58,88
Privado formal	94,90	94,46	90,30	87,50	87,42
Privado informal	71,59	60,85	54,50	38,90	41,89
Militar/Estatutário	99,90	99,71	99,58	99,35	98,43
Público CLT	99,38	98,54	97,44	95,62	92,97
Público informal	96,82	95,78	90,85	82,17	83,44
Empregador	83,93	77,70	72,27	48,81	43,70
Conta-própria	61,54	52,68	40,41	27,52	29,95

Fonte: PNAD Covid/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 8 deixa clara a diferença nas dinâmicas dos formais e dos informais afastados devido à pandemia. A tabela mostra a transição dos afastados devido à pandemia para o trabalho e para a inatividade por posição na ocupação. Entre os formais privados, cresceu a proporção dos afastados que retornavam ao trabalho até agosto (31,4% entre maio e junho para 37,3% entre julho e agosto), tendo caído para próximo de 30% em setembro. Os servidores públicos foram os que mais permaneceram afastados, sem aumentar a proporção dos que retornam ao trabalho a cada mês. Já entre os informais, sem carteira ou por conta própria, também aumentou a proporção dos afastados que retornavam ao trabalho, mas o aumento mais expressivo foi do afastamento para a inatividade em julho e agosto.

TABELA 8  
Fluxos de retorno ao trabalho e inatividade para os afastados devido à pandemia, por posição na ocupação (2020)  
(Em %)

	Trabalhando				Inatividade			
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Privado formal	31,41	37,7	37,33	29,63	4,28	6,49	5,47	3,95
Privado informal	18,62	22,39	27,83	28,01	14,65	31,96	23	15,3
Militar/Estatutário	27,46	23,1	24,97	21,08	1,46	1,39	0,95	0,97
Público CLT	28,27	25,4	19,8	19,73	1,82	3,35	2,54	3,4
Público informal	25,8	22,02	26,03	24,09	5,95	14,59	7,87	4,59
Empregador	27,88	33,11	42,72	23,99	8,35	31,18	17,09	9,97
Conta-própria	22,88	24,28	30,72	30,33	14,45	37,21	29,12	20,1

Fonte: PNAD Covid/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 6 dinâmica dos domicílios exclusivamente dependentes do AE

O número expressivo de trabalhadores informais que, após terem sido inicialmente afastados do trabalho devido à pandemia, transitaram para a inatividade – em magnitude comparável à parcela de trabalhadores que retornaram ao trabalho – é um indicio de que o AE possibilitou a manutenção da subsistência desses domicílios na ausência da renda do trabalho. A tabela 9 mostra a proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho em 2020, e revela que o impacto da pandemia elevou a proporção de domicílios sem renda do trabalho de 23,5% no primeiro trimestre de 2020 para 32% em maio. Vale notar que esse nível vem se reduzindo muito lentamente, permanecendo em 28,8% em setembro.

TABELA 9  
Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020)  
(Em %)

Faixa de renda	1º trim./2020	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Sem renda	23,48	32,07	31,91	30,64	29,38	28,82
Renda muito baixa	28,51	29,02	28,63	28,52	28,49	28,25
Renda baixa	13,05	10,55	10,99	11,27	11,27	11,34
Renda média-baixa	15,76	13,84	13,76	14,47	15,05	15,46
Renda média	12,34	9,51	9,61	9,87	10,33	10,5
Renda média-alta	4,67	3,69	3,73	3,78	4,03	4,15
Renda alta	2,19	1,33	1,38	1,45	1,44	1,48

Fonte: PNAD Covid/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O aumento da proporção dos domicílios sem renda do trabalho é similar à proporção de domicílios que sobreviveram exclusivamente com a renda do AE, que entre junho e agosto situou-se em torno de 6,5% do total dos domicílios no Brasil. Na tabela 10, mostra-se a condição na ocupação do chefe do domicílio que apenas recebeu a renda do AE. Entre maio e setembro, a proporção desses chefes que se declaravam afastados devido à pandemia caiu de 20,8% para 3,8%, ao passo que a proporção dos inativos subiu de 53,7% para 62,8%, corroborando a ideia de que o AE permitiu que parte significativa da população permanecesse ausente do mercado de trabalho durante a crise gerada pela Covid-19. Cabe ressaltar, entretanto, que vem crescendo também a parcela desses chefes que estão à procura de um emprego, visto que a proporção de desempregados subiu de 16% em maio para 26,2% em setembro.

TABELA 10  
**Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020)**  
 (Em %)

	Setembro	Agosto	Julho	Junho	Maior
Trabalhando	6,03	6,29	7,47	8,48	7,71
Afastado Covid	3,78	4,9	8,4	16,47	20,81
Afastado outro	1,21	1,2	1,13	1,6	1,73
Desemprego	26,19	23,5	20,41	20	16,07
Inativo	62,79	64,1	62,6	53,44	53,67

Fonte: PNAD Covid/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 7 Conclusão

A pandemia da Covid-19 afetou de forma significativa o mercado de trabalho brasileiro. Em um primeiro momento, o maior impacto foi no sentido de levar pessoas que estavam trabalhando a serem temporariamente afastadas do trabalho ou saírem da força de trabalho, com efeito reduzido sobre a taxa de desocupação. Em particular, no segundo trimestre do ano, a probabilidade de um indivíduo que estava trabalhando no primeiro trimestre continuar nessa condição no segundo trimestre foi muito inferior ao observado em 2018 e 2019, ao passo que os fluxos da condição de estar trabalhando para as condições de afastamento temporário ou inatividade foram muito superiores aos valores registrados no biênio anterior. Por sua vez, os fluxos na direção da desocupação também aumentaram em relação aos anos anteriores, mas de forma menos expressiva.

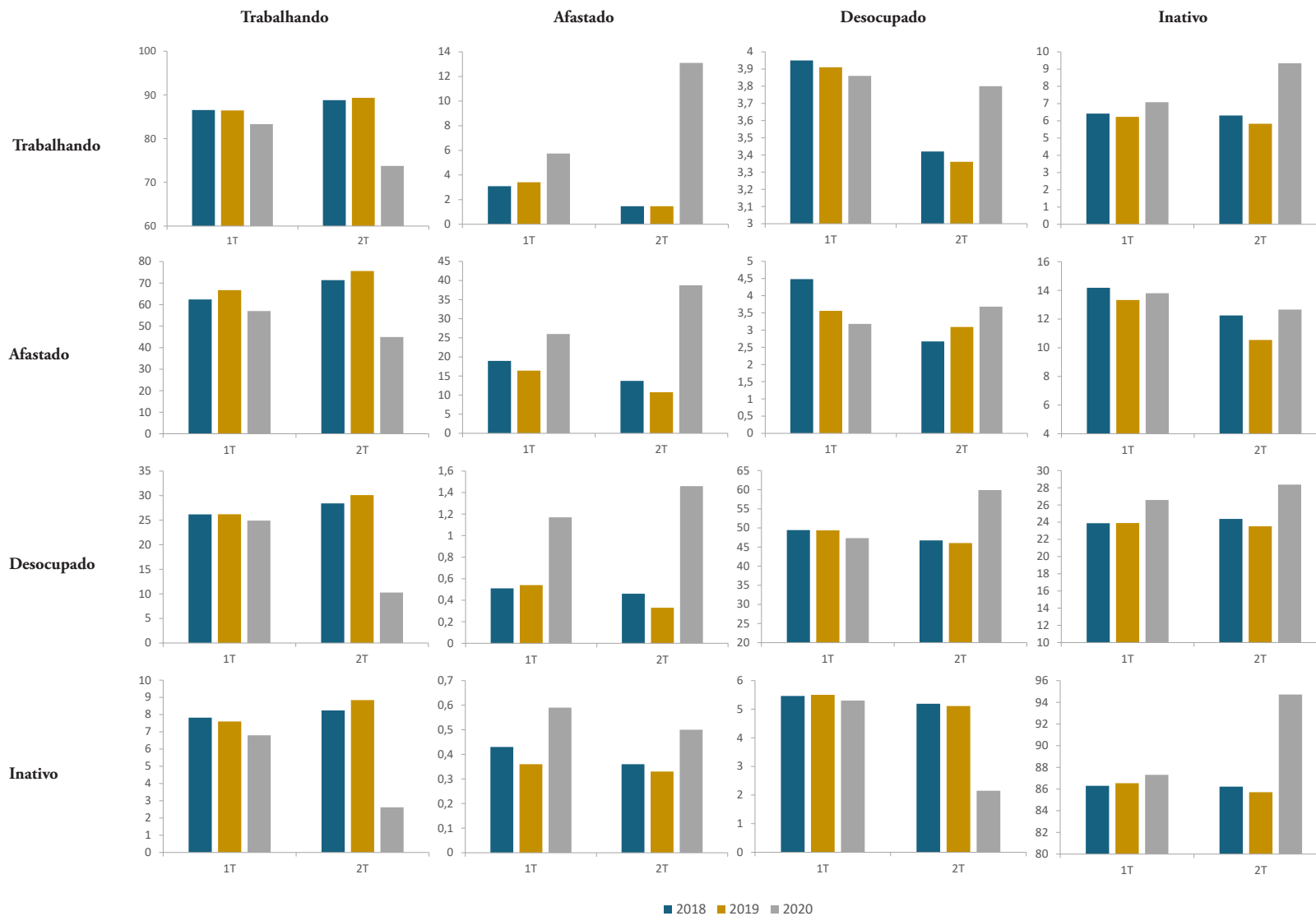
Embora o impacto da pandemia sobre a perda da ocupação tenha ocorrido de modo disseminado, a destruição de postos de trabalho foi muito mais forte entre os ocupados informais (público e privado) e os por conta própria. Os dados de transição por posição na ocupação mostram que, dos trabalhadores ocupados e não afastados no primeiro trimestre de 2020, a proporção que permaneceu nessa condição no segundo trimestre foi de cerca de 60% no setor privado informal, 68% no setor público informal e 67% entre os trabalhadores por conta própria, ao passo que, para os trabalhadores com carteira no setor privado, atingiu 78%; para os empregados públicos CLT, foi de 79%; e para militares e estatutários, foi de 77%.

Dado o forte aumento do contingente de pessoas afastadas ou inativas no segundo trimestre, a evolução das taxas de ocupação e desocupação nos meses subsequentes passou a depender do ritmo de regresso dessas pessoas ao mercado de trabalho. A partir de julho, em linha com a melhora dos indicadores econômicos, observou-se o aumento da probabilidade de permanência na condição de estar trabalhando entre todas as categorias de ocupação, com destaque para o segmento dos conta própria, cuja retenção de ocupados trabalhando avançou de 78,1% em julho para 91,1% em setembro, e para o setor privado informal, em que essa taxa passou de 73,8% para 87,4%. Em contrapartida, aumentou também o fluxo de pessoas da condição de afastamento temporário para o desemprego. A pressão desse movimento sobre a taxa de desocupação só não foi maior porque uma proporção ainda mais expressiva de trabalhadores inicialmente afastados transitou para fora da força de trabalho no período, especialmente em julho e agosto. Esse movimento de transição para a inatividade foi, em grande medida, possibilitado pela concessão do AE, que viabilizou a manutenção da subsistência de grande parte dos domicílios brasileiros mesmo na ausência de renda do trabalho. O mesmo fator explica a elevada taxa de permanência na condição de inatividade até setembro.

Sob a hipótese de que a evolução da pandemia permitirá a continuidade dos processos de flexibilização das restrições às atividades socioeconômicas e de recuperação do nível de atividade, e tendo em vista também a redução do valor do AE nos próximos meses, é razoável esperar que o nível de participação na força de trabalho aumente até o final do ano. O nível de ocupação também deverá aumentar, mas é razoável esperar que a taxa de desocupação continue a elevar-se no curto prazo e mantenha-se em patamar elevado por algum tempo.

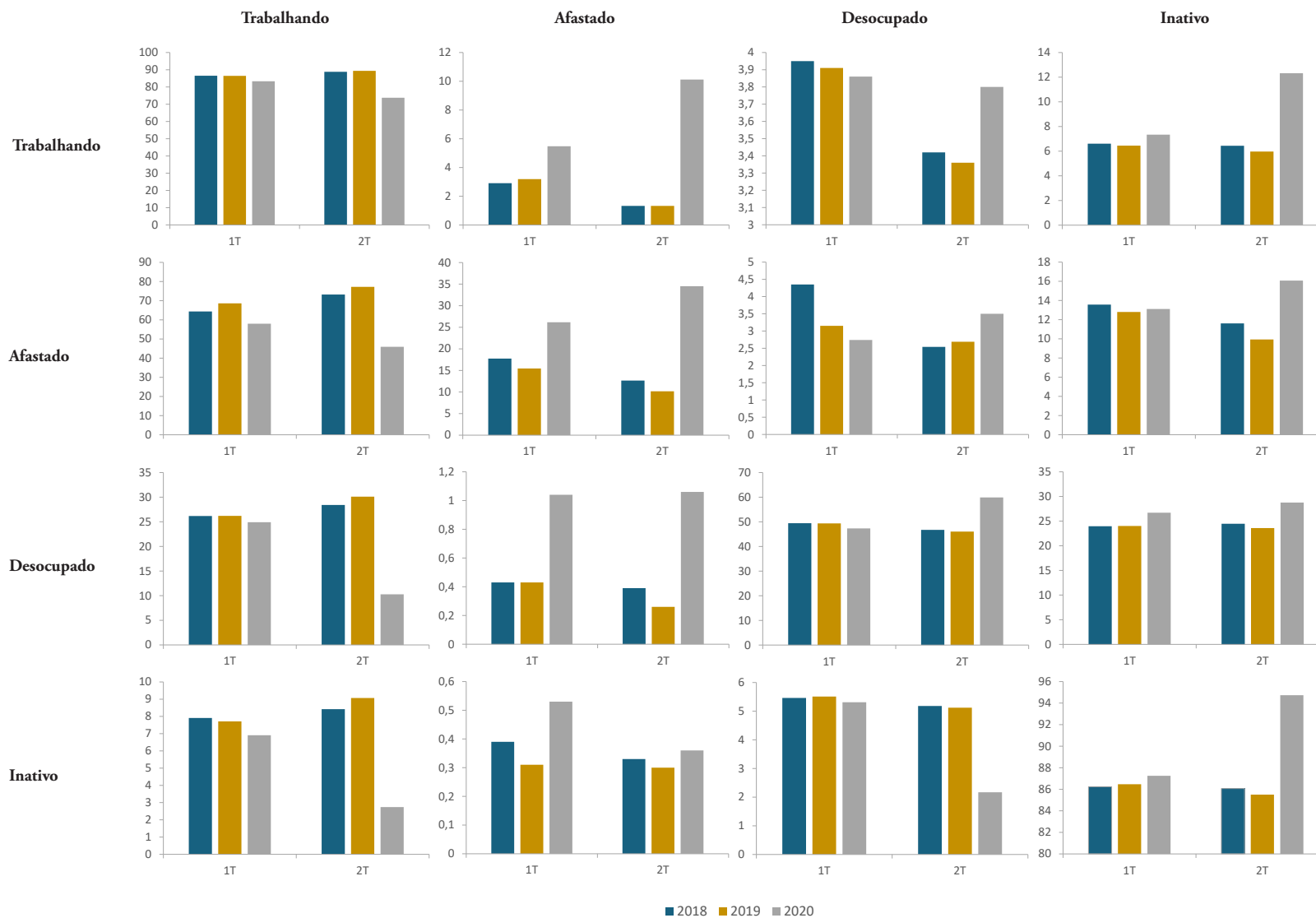
# Apêndice

GRÁFICO A.1  
Fluxos no mercado de trabalho nos dois primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO A.2  
 Fluxos no mercado de trabalho nos dois primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, considerando um conceito “amplo” de inatividade  
 (Em %)



Carta de Conjuntura | 49 | Nota 12 | 4º trimestre de 2020

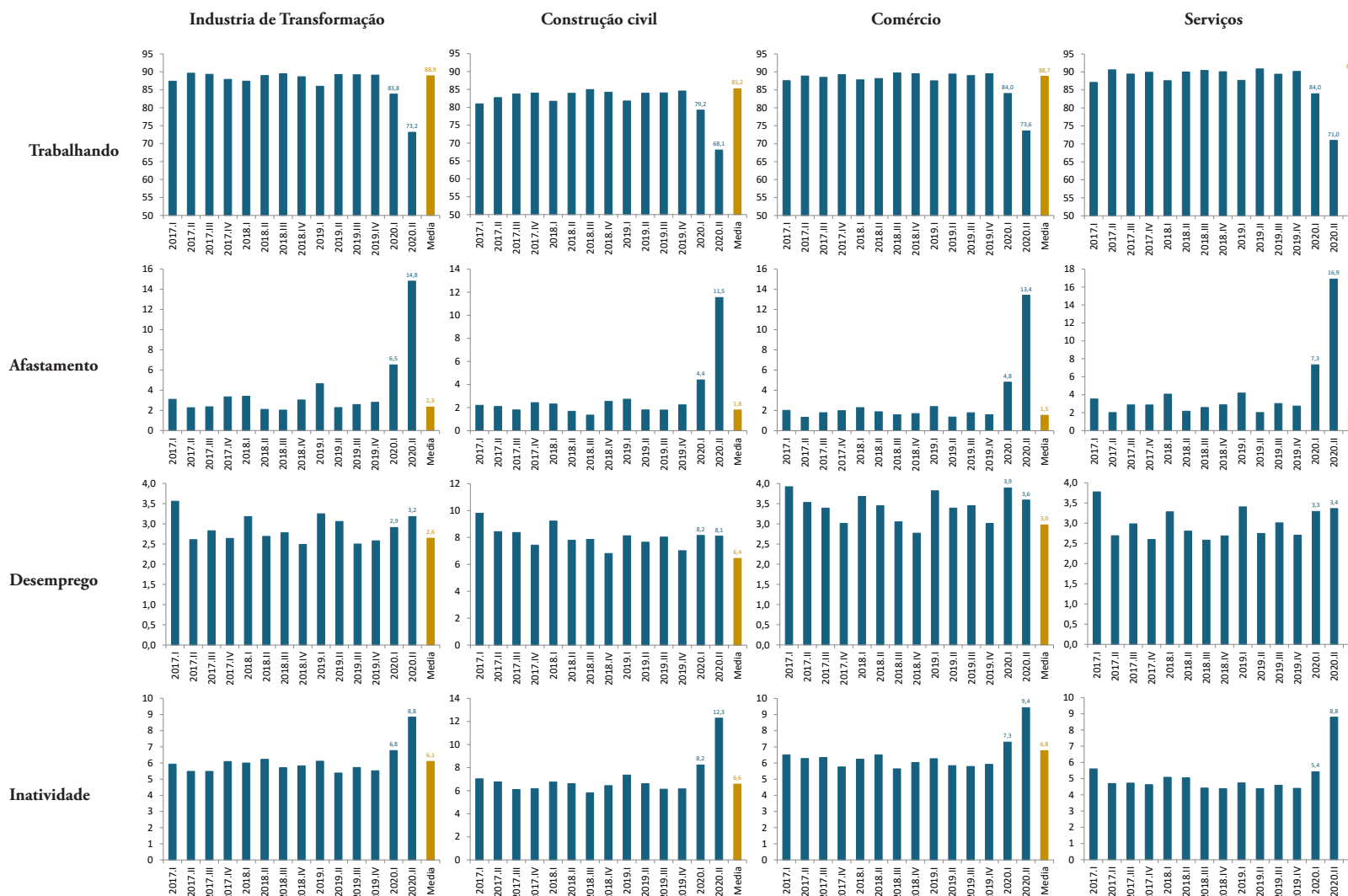
Fonte: PNAD Contínua.  
 Elaboração dos autores.  
 Obs.: A condição de “afastado” aqui refere-se apenas aos afastados que receberam algum rendimento, enquanto a condição de “inativo” inclui os inativos usuais e os afastados sem rendimentos.



GRÁFICO A.3

Transições da condição de estar trabalhando para todas as condições no mercado de trabalho, por setores

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua.  
Elaboração dos autores.

#### **Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)



#### **Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Fábio Servo  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Sandro Sacchet de Carvalho

#### **Equipe de Assistentes:**

Ana Cecília Almeida  
Ana Cecília Kreter  
Augusto Lopes dos Santos Borges  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Daniel Esteves dos Reis  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Moraes Cornelio  
Felipe Simplicio Ferreira  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Marcelo Lima de Moraes  
Mateus de Azevedo Araujo  
Pedro Mendes Garcia  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.